



REPORTAGEM DE CAPA

MARES MENOS REVOLTOS

A oposição pró-impeachment enfrenta a resistência de parte do poder econômico e assiste à reorganização da base aliada

por ANDRÉ BARROCAL

Lula reuniu-se com senadores do PMDB. A novidade foi a reaproximação de Renan Calheiros

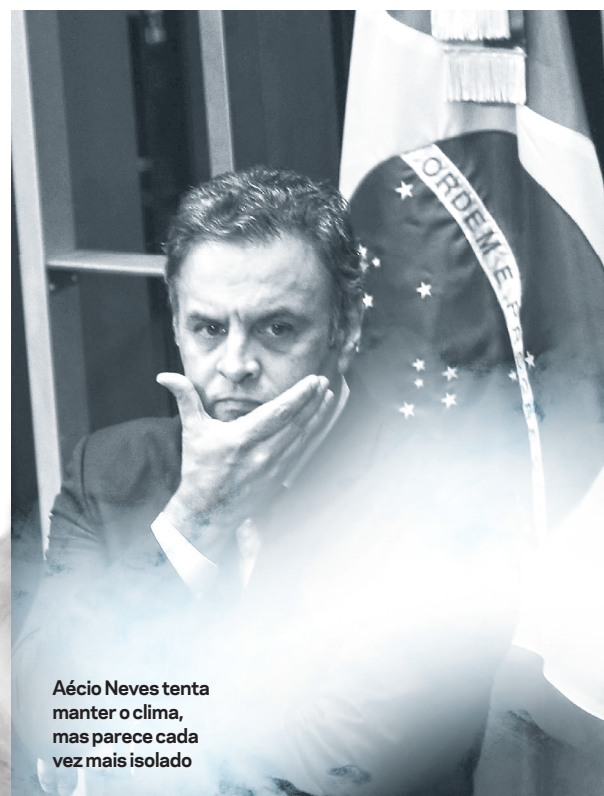




A

LÍDER CAMPONESA MARGARIDA ALVES foi morta por um pistoleiro em 12 de agosto de 1983 na Paraíba e tempos depois virou nome de uma manifestação de trabalhadoras rurais que a cada quatro anos acontece em Brasília na data do assassinato. Em 2015, a Marcha das Margaridas foi um pouco diferente. Rita Serra, de 44 anos, deixou sua plantação de açaí no Pará e viajou à capital federal com um olho nas reivindicações da categoria, outro nos movimentos que pretendem depor a presidenta. “Estão fazendo politicagem com a Dilma. O candidato que disputou com ela não aceita o resultado das urnas”, disse. “Estamos hoje nas ruas para defender a presidente e se for preciso vamos às ruas de novo.”

As margaridas presentes à Esplanada dos Ministérios, 70 mil na conta dos organizadores, metade nos cálculos da Polícia Militar, não são o único obstáculo à tentativa de derrubar Dilma Rousseff, bandeira que outros milhares empunhariam no domingo 16. Nos últimos dias, uma combinação de episódios e personagens mostra que a derrubada será mais difícil do que sonhavam o tucano Aécio Neves e os movimentos engajados no “Fora Dilma”. Temor de convulsão social, manifestações públicas de empresários influentes, uma reviravolta do presidente do Senado, o adiamento do julgamento das contas do governo de 2014. Se precisava de um colete salva-vidas, Dilma tem agora ao menos algumas boias para se agarrar no mar revolto.



Aécio Neves tenta manter o clima, mas parece cada vez mais isolado

FÁBIO MOTTA/ESTADÃO CONTEÚDO, ANDRÉ DUKE/ESTADÃO CONTEÚDO E ISTOCKPHOTO

Os sinais desencorajadores para a turma anti-Dilma despontaram logo após os deputados aprovarem um dos itens da “pauta-bomba” idealizada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Representantes do PIB deixaram clara a opção de não embarcar na tentativa de desestabilizar o governo, muito menos de destituí-lo. “Precisamos sair desse ciclo do quanto pior, melhor. Melhor para quem? Para o Brasil, não é. As pessoas precisam ter a grandeza de separar o ego pessoal do que é o melhor para o País”, disse o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, em entrevista à *Folha de S. Paulo* no sábado 8. Não seria diferente. Saiu dos escritórios comandados por Trabuco o atual ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Dois dias depois, Paulo Cunha, do Grupo Ultra, declarou ao *Estado de S. Paulo*, ser contra o *impeachment*, pois “seria uma guerra e iria cindir o País ao meio”. Mais. Para ele,

o PSDB anda “meio perdido entre interesses imediatistas de Aécio Neves e de pedaços do PMDB”. Cunha está aposentado, mas por sua história e competência continua a ser uma espécie de farol do empresariado, um raro líder à moda de Antonio Ermírio de Moraes.

Há muito tempo não se viam declarações tão explícitas de integrantes do setor privado sobre o cenário político. Contatos do Palácio do Planalto após Eduardo Cunha colocar em prática sua “pauta-bomba” tiveram o efeito de sensibilizar parte do empresário. Mas a reação teria outro componente. “O poder econômico percebeu que o clima atual é ruim para os negócios de todos”, arrisca o deputado petista Paulo Teixeira, vice-líder do governo na Câmara.

Houve também recuos em alguns meios de comunicação, antes unidos no incentivo ao desgaste do governo e ao “Fora Dilma”. Em editoriais, os

jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* jogaram água na fervura. Enquanto o primeiro pediu “condições de governabilidade ao Planalto”, o segundo criticou uma “alabarulhenta” do PSDB que “pensa que pode subordinar os meios jurídicos a seus fins eleitorais, vergando as regras da democracia para encurtar o caminho até o poder”.

O “tudo ou nada” de Aécio e sua dobradinha com Eduardo Cunha, peemedebista prestes a se enrolar em uma denúncia criminal, explica a falta de entusiasmo de empresários e da mídia com o *impeachment*, segundo o cientista político Fábio Wanderley Reis, professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais. “Parte da crise atual se escora na precariedade de lideranças, a começar pela presidente da República. Não dá para imaginar essa turbulência por mais três anos,



REPORTAGEM DE CAPA

mas como aquietar a situação? Os líderes do *impeachment* certamente não se credenciaram para dirigir o País.” Para Reis, Aécio tem feito mal ao País com uma “cara azeda” a alimentar “um clima de ódio, com famílias divididas” como nunca antes visto.

No vai não vai do *impeachment*, as Organizações Globo são um capítulo à parte. Pelo poder de alcance e de influenciar a opinião pública, a emissora foi procurada pelo ministro da Comunicação Social, Edinho Silva, que cobrou da empresa a recusa à campanha pela degola de Dilma. Não foi o único. Há duas semanas, João Roberto Marinho, vice-presidente global, aproveitou uma sessão solene no Senado em homenagem aos 50 anos da emissora e solicitou uma conversa com petistas sobre os rumos do País. O que ouviu teve mais jeito de aviso do que de análise. Segundo o líder da bancada, Humberto Costa, foi dito que em caso de um eventual *impeachment* ser bem-sucedido haveria perplexidade na base social petista em um primeiro momento, mas em seguida viria a reação. “O próximo governo não teria trégua”, disse Costa. Diante do alerta, conta o senador, Marinho teria respondido que a Globo não apoiaria o *impeachment*.

Os governistas, não é de hoje, avisam estar prontos para o confronto. Um sinal eloquente foi dado em fevereiro, quando o ex-presidente Lula afirmou publicamente que queria paz e democracia, mas sabia brigar, “sobretudo quando o João Pedro Stedile colocar o exército dele do nosso lado” (Stedile, líder do MST). De lá para cá, vários outros recados do gênero foram emitidos por atores políticos variados, do ex-ministro Ciro Gomes ao presidente da CUT, Vagner Freitas. Um bastante contundente partiu do deputado Orlando Silva, do PCdoB, vice-líder do governo na Câmara e ex-presidente da UNE. Dias

A Marcha das Margaridas antecipa a postura dos movimentos sociais



Alckmin e Serra observam de perspectivas diferentes. Para eles, não interessa antecipar o desfecho da crise



Cunha sentiu o golpe



Quem defende
o "Fora Dilma" aposta nos
protestos de domingo 16.
Basta?



seria alterado 48 horas depois, e ainda está sujeito a modificações, mas seu significado mais importante residia menos nas ideias do que no gesto do senador. O objetivo principal era forçar o Parlamento a mudar as prioridades. Em outras palavras: chega de falar de *impeachment* e de tentar criar novos empecilhos ao ajuste da economia. "Na medida em que o Congresso tornar isso prioritário, nós estaremos pondo fogo no Brasil. Não é isso que a sociedade quer de nós", afirmou Calheiros a respeito da ideia de abrir um processo de cassação de Dilma.

Impopular nas ruas e assombrado pelo fantasma da deposição da mandatária, o governo abriu espaço para Calheiros brilhar perante a opinião pública. E até topou bater palmas, apesar de a tal agenda propor medidas que, se aceitas por Dilma, representariam a capitulação final do Palácio do Planalto. Entre as medidas constavam a cobrança por atendimento do SUS, já retirada da lista, e a saída do Mercosul. No fim de um evento em Brasília, a presidenta voltou a encarar os jornalistas após um mês só para afirmar que as propostas de Calheiros "eram muito bem-vindas". O vice-presidente Michel Temer aprovou alegremente a iniciativa. Até o ex-presidente

Fábio Wanderley Reis: "Os líderes do impeachment não se credenciaram para dirigir o País"

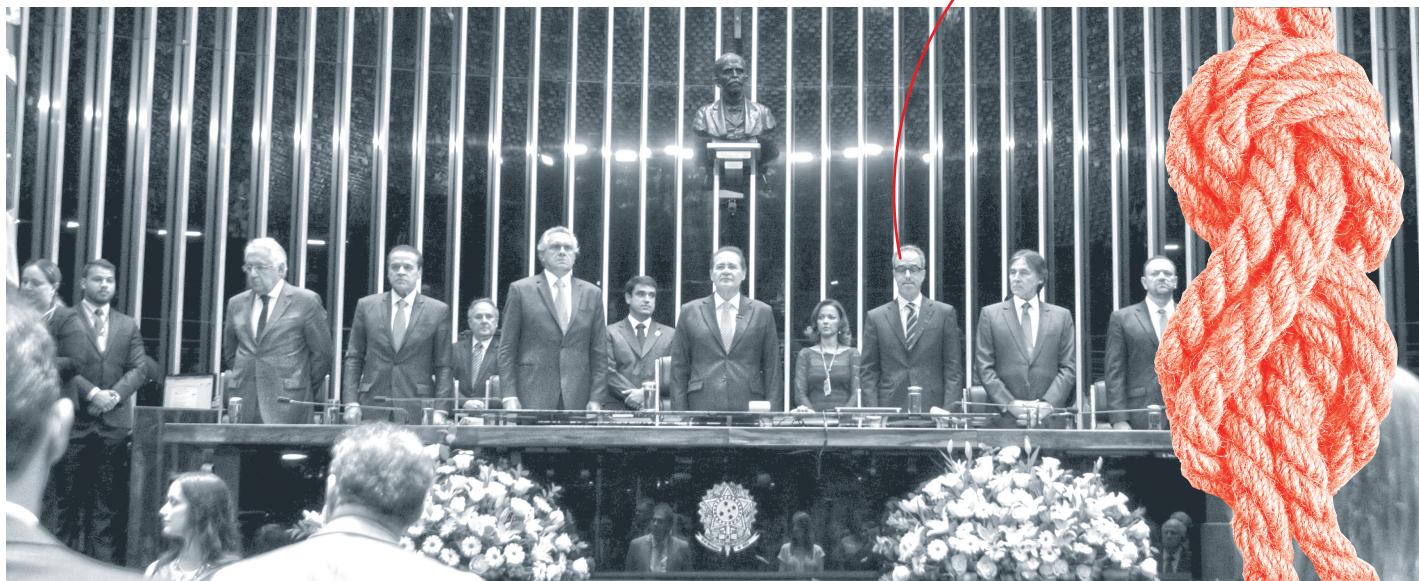
Lula, de passagem por Brasília na quarta-feira 12, topou associar-se ao presidente do Senado, ao participar de um café da manhã com ele na residência oficial de Temer. Só quem não gostou da brincadeira foi Cunha. O presidente da Câmara acusou o golpe. Entendeu que a estratégia do senador o deixaria isolado, chamou a "Agenda Brasil" de "jogo de espuma" e liberou aliados para disseminar que o nome do senador se tornaria um dos alvos das manifestações do domingo.

A repentina mudança de Calheiros tem algumas explicações, e a primeira delas não é ter decidido republicanamente ser o nome "capaz de reunificar a todos"

conclamado por Temer dias atrás. O senador é uma das cabeças mais coroadas nas investigações da Operação Lava Jato, ao lado de Cunha, e quer escapar. Durante semanas, ouviu conselhos de Temer e do ex-presidente José Sarney, entre outros, de que teria mais chances de se salvar caso se diferenciasse do destrambelhado deputado peemedebista, do que se igualar a ele.

A pesar dos esforços, a conversão de Calheiros só se completou após rumores crescentes em Brasília de que o procurador-geral, Rodrigo Janot, poderá ser menos enfático em relação a ele. Não se pode descartar a possibilidade de o senador ficar de fora da lista de denunciados. Não surpreende, portanto, que o senador tenha passado a defender a celeridade no processo de recondução de Janot ao cargo, depois espalhar por meses, via aliados e assessores, que o procurador-geral corria riscos. "Renan viu um vácuo de poder. Mas a Operação Lava Jato é determinante em seu movimento. Ele tenta contar com a boa vontade do poder econômico, do governo e do PT", diz o cientista político Antonio Augusto de Queiroz, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

O presidente do Senado é escolado na arte de sobreviver e se manter no poder. Foi líder de Fernando Collor na Câmara, mas deu um jeito de desembarcar antes do *impeachment*. Foi ministro da Justiça de FHC e comprou uma baita briga ao trocar o chefe da Polícia Federal. Presidiu o Senado em 2007, na gestão Lula, e esteve a seis votos de ser cassado por quebra de decoro, ausentes graças ao providencial apoio da bancada petista. Se não mudar de posição novamente, Dilma terá garantido o mínimo de um terço dos senadores, o suficiente para escapar em caso de abertura de um processo de *impeachment* pela Câmara. O mesmo ainda não pode ser dito em relação aos deputados, graças ao fator Cunha, razão pela qual o Planalto acelerou a distribuição de cargos e abriu o debate a respeito de uma reforma ministerial. "Não existem dois terços a favor do *impeachment* no



Homenageada no Congresso, a Globo de João Roberto Marinho também se diz contra o impeachment

Congresso. Isso faz a diferença hoje”, diz o sociólogo Marcos Coimbra, diretor do Instituto Vox Populi.

À reaproximação de Calheiros seguiu-se um alívio para o Palácio do Planalto. Coincidência ou não, o Tribunal de Contas da União decidiu pedir novas explicações ao governo sobre as contas de 2014 da presidenta e deu mais 15 dias para uma resposta. Com a decisão, fica adiado por cerca de um mês o julgamento do caso, peça central no roteiro da oposição para depor a presidenta. Se antes havia a expectativa de uma sentença sobre as “pedaladas fiscais” logo após os protestos do dia 16, agora o “Fora Dilma” estará um pouco mais distante da cabeça dos ministros do TCU quando chegar a hora da decisão.

Além disso, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, reduziu a margem de manobra de Eduardo Cunha. Barroso decidiu que as contas presidenciais devem ser analisadas em conjunto pela Câmara e pelo Senado. Na volta do recesso, Cunha havia analisado de forma unilateral na Câmara as contas nunca aprovadas de Collor, FHC e Lula. Foi uma maneira de limpar o caminho para votar os números de Dilma relativos a 2014. Entre os

As denúncias de Janot, uma incógnita



deputados, a disposição de reprová-las e, consequentemente, estimular a abertura de um processo de *impeachment*, era maior. Com a decisão do Supremo, essa possibilidade não existe mais.

Apesar de tudo, os oposicionistas mais radicais não desistiram. Para o líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima, há uma mistura explosiva para o governo. Uma crise política, simbolizada no PMDB. Uma econômica, com desemprego e inflação em alta e PIB em baixa. E uma moral, decorrente do escândalo da Petrobras. Tudo isso, diz, se retroalimenta e deixa o ambiente “muito volátil” dentro e fora do Congresso. “A presidente não tem liderança, o governo é fraco e aplica uma quimioterapia na economia. Qual é o custo de

“A maior crise é a de perspectiva”, afirma Renato Meirelles, do Data Popular

aguentar isso por mais três anos?” Segundo o tucano, o futuro de Dilma dependerá “da robustez das provas” eventualmente surgidas contra ela no Tribunal Superior Eleitoral, onde o PSDB tenta impugnar a candidatura da adversária por uso de dinheiro sujo, e no TCU. Caso sejam fortes, seria possível contornar as hesitações existentes no empresariado, no Congresso e no próprio tucanato. “O PSDB ainda não se engajou totalmente no *impeachment*. Se isso acontecer, o clima vai esquentar”, afirma.

O tom desafiador, de que o PSDB está disposto a ir para o embate, partiu diretamente de Aécio Neves, o presidente do partido. Ao deixar na segunda-feira 10 uma celebração em memória do



primeiro ano da morte do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, o mineiro disse que o PSDB terá “a coragem necessária” para apontar caminhos ante a crise. Foi logo seguido pelo vice-presidente tucano, Alberto Goldman, que em nota pública foi ainda mais direto: “Não seremos covardes ao ponto de não fazer o que tem de ser feito”.

Sobre o que tem de ser feito, nem os tucanos sabem direito. Embora Aécio e seus aliados sejam hoje hegemônicos no PSDB, a cruzada do mineiro deixa alguns correligionários desolados. No mesmo dia em que viajaria a Brasília para uma reunião de Dilma com todos os governadores, o paulista Geraldo Alckmin disse à rádio Jovem Pan que era preciso “zelar pela democracia”, que *impeachment* “é um trauma para o País” e completou: “Nós precisamos falar a verdade para as pessoas. Se não houver um embasamento jurídico, não

vai ter *impeachment*, porque o Supremo Tribunal Federal não vai deixar”. A postura de Alckmin até poderia ser entendida como fruto de uma batalha interna no partido em torno da candidatura presidencial em 2018. Mas o que dizer das palavras do filósofo José Arthur Giannotti, amigo de Fernando Henrique Cardoso e José Serra e um dos pensadores da legenda, ao jornal *El País*? Para ele, os tucanos de São Paulo “são menos aventureiros”. Outra bordada no senador mineiro.

Embora ainda encarnem a esperança dos cruzados dispostos a derrubar Dilma – Aécio, Cunha, Ronaldo Caiado, Paulinho da Força –, as ruas talvez não meçam tanto fervor. Acostumado a interpretar a cabeça dos brasileiros, Renato Meirelles, diretor do Data Popular, não vê base social capaz de bancar o

impeachment. Segundo ele, pesquisas quantitativas e qualitativas indicam que hoje o País tem mais gente insatisfeita e com saudades do ex-presidente Lula do que inclinada à oposição. A maioria, diz, encara os protestos anti-Dilma como “eleitores” e não como um movimento destinado a melhorar o País. Em um de seus levantamentos qualitativos, um dos entrevistados disse uma frase que Meirelles considera lapidar: “Só tem uma coisa pior do que o governo, a oposição”. Não custa lembrar, aliás: na última eleição havia ao menos dois terços do eleitorado com desejo de mudança de rumos, nem assim Aécio venceu. “A maior crise do Brasil hoje é a de perspectiva”, afirma Meirelles. “Os brasileiros estão desesperados por uma saída que aponte para o futuro, mas só enxergam um horizonte cinza.”

Enquanto aliados e simpatizantes agem em público e nos bastidores em seu favor, Dilma esforça-se ela mesma para fortalecer-se politicamente e defender o mandato. Nos últimos dias, teve uma agenda digna de candidato em campanha. Viajou para o Norte e o Nordeste, recebeu jogadores de futebol e dirigentes de clubes, anunciou um pacote de investimentos no setor elétrico, caiu nos braços das Margaridas, retomou as entrevistas e abriu o Planalto a movimentos sociais. Nessa maratona, fez a apoloquia da democracia, exibiu sua face “guerreira” e buscou carimbar os inimigos de mesquinhos. Disse saber “suportar pressões e até injustiças”, afirmou que “ninguém vai tirar essa legitimidade que o voto me deu”, pregou repúdio ao “valeduto” e ao “quanto pior, melhor”, teorizou que o Brasil só é respeitado no mundo por submeter-se “à vontade geral expressa nas urnas”. E em meio às Margaridas como Rita Serra, no Estádio Nacional de Brasília, recorreu ao cantor pernambucano Lenine para resumir seu estado de espírito atual: “Eu envergo, mas não quebro”. Caso o Brasil supere logo a falsa questão do *impeachment*, seria bom ela manter essa energia para encontrar um rumo para o País. •



GERALDO MAGELA, ISTOCKPHOTO, DIDA SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO E MARCELO CAMARGO/ABR